

Mulheres Negras em Movimento: Anos 80 e 90, a Intelectualidade e Ação Política de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro

Suelen Girotte do Prado

Mestranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP

suelen.girotte@gmail.com

Ao longo do século XX emergiram as narrativas que colocaram na perspectiva historiográfica a mulher como sujeito que passou a contar sua própria história. As formas de resistência das mulheres contra as opressões impostas pela organização política e cultural da sociedade, acompanharam o desenrolar da própria história ocidental. Porém, no contexto dos anos de 1970 potencializou-se uma historiografia sobre mulheres produzida por mulheres, e que colocou em pauta os estudos de gênero, bem como inaugurou uma nova forma de interpretação de cultura e sociedade. A historiadora francesa Michelle Perrot em sua obra intitulada “*Minha História das Mulheres*”, traduzida e publicada no Brasil no ano de 2007, chama atenção para um percurso teórico que introduziu a produção historiográfica cujo sujeito principal são as mulheres. Usando sua própria trajetória acadêmica, logo no primeiro capítulo, a autora enfatiza como se deu, nos anos de 1970, seu despertar para a pesquisa e produção de uma historiografia de mulheres e para mulheres. Perrot (2007) ainda afirma que o desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o movimento das mulheres em direção à emancipação e à liberação, ou seja, os feminismos como base para requisição dos direitos das mulheres diante das estruturas sociais.

Essas novas propostas e discussões relacionadas ao gênero¹, e ao papel social da mulher, modificaram os percursos da sociedade e das ciências humanas como observa Hall (2006, p. 196):

A intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais (bem como para muitos outros projetos teóricos). Introduziu uma ruptura. Reorganizou o campo de maneiras bastante concretas. Primeiro, a proposição da questão pessoal, como político- e suas consequências para a mudança do objeto de estudo nos estudos culturais- foi completamente revolucionário em termos teóricos e práticos revolucionário em termos teóricos e práticos.

¹ Considerando aqui o conceito de gênero como uma categoria histórica, podendo por essa perspectiva ser concebido em várias instâncias como por exemplo a de símbolo cultural evocador de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais e identidades subjetivas. (Saffioti, 2015)

[...] Terceiro, a centralidade das questões de gênero e sexualidade para compreensão do próprio poder.

O presente trabalho tem como referência o debate em torno do resgate da memória do Feminismo Negro no Brasil, que emergiu em 1970 com as propostas de um novo olhar sobre as experiências das mulheres, propondo que ressaltassem as diferenças entre estas em contraponto a uma homogeneização que invisibilizava as condições específicas das mulheres quando se articulava a raça, etnia, classe, orientação sexual, e outras categorias (BAIRROS, 1995, p. 462)

É certamente ainda um grande desafio pensar, escrever e dialogar em torno da questão *mulheres na sociedade*, e tanto quanto, na multiplicidade dos feminismos que se configuraram ao longa da história. No caso brasileiro, assim como nos demais países da América, as trajetórias passaram por reivindicações das mulheres não brancas que não tinham suas necessidades pontuadas nos movimentos feministas de alinhamento europeu. Nos anos 80 no entanto, marcou-se a busca pelo diálogo das agendas entre os feminismos. Dentro de tal perspectiva, Lélia Gonzalez, pontuou, já em 1988, em um de seus artigos:

Ao evidenciar a ênfase direcionada a dimensão racial (quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente) tentarei mostrar que, no interior do movimento, as negras e as indígenas são as testemunhas vivas dessa exclusão. Por outro lado, baseada nas minhas experiências de mulher negra, tratarei de evidências as iniciativas de aproximação, de solidariedade e respeito pelas diferenças por parte de companheiras brancas efetivamente comprometidas com a causa feminina. A essas mulheres- exceção- eu chamo de irmãs.

Especificamente mulheres negras, que no Brasil, ocuparam um campo de reivindicações de seus lugares, potencialmente a partir dos anos 70 e tiveram representantes importantes nos papeis do ativismo, da militância que se transformaram em ações políticas, participativas, e contribuições com importantes narrativas que permitem historicizar parte desse caminho.

A década de 80, foi marcada por significativas conquistas para o movimento das mulheres negras, acontecimentos como a criação do Coletivo Estadual de Mulheres Negras em 1983, que teve como precursoras Dulce Pereira, Tereza Santos, Vera Sampaio e Sueli Carneiro. O contexto da natureza do coletivo configurou uma resposta à criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, também em 83, que gerou inquietações para as mulheres negras, como observa Roseane da Silva Borges:

Se por um lado a criação do Conselho representou uma vitória histórica para a luta feminista no estado, por outro, mostrou, com a total ausência de mulheres negras no corpo das conselheiras, de qual janela esse organismo nascente via o mundo feminino. (BORGES 2009, p.66)

Por isso a importância do reconhecimento da especificidade da condição da mulher negra no movimento feminista no Brasil. Existiu e existe uma estrutura de sociedade que atinge direitos de mulheres negras, enquanto sujeitos sociais e políticos, o que deixa evidente a importância de pensar gênero e raça, quando o assunto é movimento feminista. Tais necessidades foram teorizadas, pontuadas e denunciadas por intelectuais como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. As autoras elucidaram pautas, com publicações nas décadas de 80 e 90, que propunham pensar a condição da mulher e do homem negro na sociedade brasileira, que há tempos eram camufladas pelo imaginário da democracia racial. Por isso pensar em feminismos negros, é pensar antes de tudo a condição de homens e mulheres negras e suas representações na sociedade.

As teorias raciais do século XIX influenciaram na construção das estruturas sociais baseadas numa ideia de hierarquia racial que entendia a diversidade humana como uma perspectiva de diferentes graus de evolução. No Brasil, a partir de 1870 introduziu-se no cenário teorias do pensamento, até então desconhecidas, como positivismo, o evolucionismo e o darwinismo (SCHWARCZ, 1993 p. 57). A maneira como tais tendências foram entendidas e como refletiram e refletem no tecido social do país, repercutiram nos debates que buscaram compreender e desarticular os estereótipos e papéis de subalternidade que decaíram sobre grupos étnicos no Brasil, como por exemplo os negros. Quando se trata da mulher negra, observa-se que foi o sujeito que carregou ao longo da história, estereótipos relacionados ao corpo, a sua função na sociedade, a marca da objetificação enfrentando diretamente as consequências embutidas nas desigualdades estruturais. Os estudos dedicados a pensar raça² no Brasil, como os de Antônio Sérgio Guimarães³, afirmam ser a estrutura racista da sociedade brasileira o motivo da exclusão

² O termo raça considerado aqui como um conceito socialmente construído. Usado na tentativa de abranger o negro e a negra como sujeitos sociais, que são parte de uma hierarquia em que as consequências são diretamente sua subalternização. E conforme apontou o antropólogo Kabengele Munanga, sabemos todos que o conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas. (MUNANGA 2005/2006, p.52)

³ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A questão Racial na política brasileira. Revista de Sociologia da Usp. São Paulo. 2001

social dos negros e negras. Portanto, entender o racismo como uma causa da exclusão social leva-nos diretamente a também apontar como a condição da mulher negra se particulariza, sendo a mesma simultaneamente atingida pelas questões sexistas e racistas.

A Historiografia contemporânea respalda a importância da visibilidade do diálogo da história, no seu campo macro e micro, com sujeitos sociais que antes não eram elucidados nas narrativas. De acordo com Joan Scott (1992)⁴ a história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. A história deste campo requer um diálogo complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, os movimentos feministas e a própria maneira de se ensinar história.

Se no desenrolar das lutas feministas do final do século XVIII seguindo para o XIX, a mulher branca do mundo ocidental apareceu protagonizando os movimentos, é somente no século XX que as lutas das mulheres negras são particularizadas e mais visibilizadas, o que ainda assim não garante um processo de emancipação suficiente que a retire da subalternidade e estereotipação. Enquanto para a mulher branca de classe favorecida os movimentos feministas promoveram a possibilidade de eliminar barreiras como acesso à educação, possibilidade de uma vida intelectual, ponto facilitador para pontuar seu papel social, para as mulheres negras, em sua maioria, essas barreiras foram mais difíceis de serem transpostas, uma vez que a classe social era, e ainda é, também um fator limitador.

Os papéis ocupados por mulheres negras no âmbito do trabalho e das relações sociais como um todo, foram bem distintos dos das mulheres brancas, e a origem desse processo está relacionado à própria estrutura e forma de organização durante a colonização com seu cenário escravocrata. A mulher negra escravizada realizava tanto o trabalho braçal, comum aos homens, quanto os trabalhos domésticos e de cuidado com os filhos e filhas dos senhores e senhoras.

O caminho percorrido pelas mulheres negras, as da colônia até a contemporaneidade arrastaram permanências tanto nas estruturas econômicas, como pode ser observado ainda hoje nas trabalhadoras domésticas da cidade de São Paulo, por exemplo que em sua maioria são mulheres negras (52,9%, de acordo com dados do

⁴ Ver: BURKE, Peter. A Escrita da História novas perspectivas. São Paulo, Editora Unesp, 1992. p 63, p65

SEADE de 2017)⁵, quanto nos estereótipos relacionados ao corpo e estética refletindo em representações de hiperssexualização dessas mulheres. A respeito desse estereótipo embutidos as mulheres negras, bell hooks⁶ observa:

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo a perfeita encarnação do erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras era só corpo sem mente. (hooks, 1995)

Lélia Gonzalez, foi direta em dizer, no final da década de 80, que o feminismo desempenhava um papel fundamental nas lutas e conquistas das mulheres, e foi mais longe observando que:

Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. [...] Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. (GONZALEZ, 1988)

Os feminismos articularam-se e articulam-se entre teoria e prática, mas é possível pensar que a primeira é resultado das formas de organização de mulheres ao longo da História.

Em 1985 o Brasil sediou o 3º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho (EFLAC), ocorrido em Bertioga, ocorrido entre 31 de julho e 4 de agosto o evento propunha uma escolha democrática das próprias pautas e metodologia do encontro. Nesse processo participativo foram montadas inúmeras atividades simultâneas em diversos espaços de trabalho como oficinas, manifestações culturais, debates temáticos, performances e comemorações, e também realização de plenárias. No debate foram contemplados temas como violência, comunicação e a arte, racismo, trabalho sexual, lesbianismo, relações de trabalho, aborto, autogestão e financiamento. Para o feminismo negro, o evento foi um marco por contar com a participação de mulheres negras e pobres colocando suas reivindicações.

⁵ SEADE é a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, que em 2016 publicou no Sistema PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego- um estudo sobre o Trabalho Doméstico na Região Metropolitana de São Paulo.

⁶ As iniciais minúsculas são opções da própria autora (Glória Jen Watkins) para o seu pseudônimo.

O Feminismo Negro⁷, que configurou um potente movimento a partir de 1970, com as propostas de um novo olhar sobre as experiências das mulheres, passou a apontar a importância de se ressaltar as diferenças entre estas em contraponto a uma homogeneização que invisibilizava as condições específicas das mulheres quando se observava a raça, etnia, classe, orientação sexual, e outras categorias (BAIRROS, 1995, p. 462). No Brasil dos anos 80 e 90 em plena trajetória de redemocratização do país, emergiram quantitativamente não só os coletivos feministas negros, mas também mulheres negras escrevendo sobre as questões desses feminismos e também da masculinidade negra como pauta dentro do próprio movimento, contribuições importantes de Luiza Bairros e Beatriz Nascimento compõem as narrativas que possibilitam a leitura dos movimentos e das produções escritas que compuseram as pautas das mulheres negras em São Paulo e no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Brasil como um todo. Muitas delas na prática da militância que se encontrava com a escrita em forma de denúncia, protesto, produções acadêmicas, que refletiram em diálogos dentro e fora do país. Foi assim com Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, as mulheres aqui destacadas para pensar o ativismo e as narrativas desenroladas por essas intelectuais negras brasileiras que contribuíram diretamente para as agendas dos movimentos de mulheres negras e para além disso, deixaram suas contribuições e mudanças no âmbito político e social.

Falando de Lélia

[...] A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tonar-se negra é uma conquista. Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais, conforme nos revela um grande pensador/ cientista negro Sheik Anta Kiop. (GONALEZ, 1987)

Nascida em Belo Horizonte, no primeiro dia do mês de fevereiro do ano de 1935, Lélia de Almeida, a mesma que após casar passou a ser Gonzalez, décima sétima filha, total de dezoito, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, nos anos quarenta, com sete anos de idade. Graduada em Filosofia e História, doutora em Antropologia Social, a autora, conceituou e problematizou, ao longo de sua trajetória acadêmica e de militância, as visões sobre o lugar da cultura negra do Brasil e na América Latina (América Latina,

⁷ Considerado como um termo político para apresentar as lutas das mulheres negras e suas organizações, considerando a conjuntura histórica das agendas feministas no Brasil do século XX, sobretudo.

como ressalta no artigo “A categoria Político-Cultural e Amefricanidade, publicado em 1988) apontando as distintas influências dos colonizadores ibéricos e anglo-saxões, no que diz respeito aos resquícios racistas e seus efeitos sobre a população e o olhar para com a cultura negra. No mesmo artigo e conjuntura, Lélia retoma uma problematização do termo “afro americano” e “africano americano”, em que propôs uma reflexão da perspectiva da linguagem como consequência da cultura que se nega. Observou ainda, que se perpetuava o imperialismo estadunidense, também através da linguagem, quando se usava o termo americano para se referir a eles e não aos outros habitantes do continente. A esse respeito, apontou:

Quanto a nós, negros, como podemos atingir consciência efetiva de nós mesmos enquanto descendentes de africanos, se permanecemos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponha o de *americanos* (“*Amefricans*”), para designar a *todos nós*. (GONZALEZ, 1988)

A diversidade das fontes para estudar o que a autora publicou, como atuou e pensou esse feminismo negro, ou esse negro feminismo, exige cuidado e ao mesmo tempo proporciona uma proximidade a figura de Lélia. Isso porque o material é composto por ricas publicações de imprensa da época, como exemplo o Jornal *Mulherio*⁸, para as quais ela escreveu sobre negritude e feminismo, e ao mesmo tempo, para as mesmas fontes escreve sobre si mesma e sua trajetória como negra e mulher. Ao mesmo passo que falando de si própria, a intelectual continuou a desenhar sua ideia de que existia uma cultura negra, maior que a europeia, mas que se escondia no imaginário da democracia racial. Observou ainda que as pautas do feminismo eram urgentes, mas a consciência de negritude e raça tanto quanto. Por isso uma referência para rastrear esse momento das ações e reivindicações das mulheres negras, em 80 e 90, está concentrado também no que ela escreve sobre o feminismo dentro do Movimento Negro. Lélia propunha, com o seu trabalho, e pelas próprias experiências, que as pautas do movimento negro não poderiam estar desvinculadas de uma consciência cultural africana nem do papel representado pelas mulheres negras nas comunidades *amefricanas*.

⁸Jornal feminista, com pautas sobre a condição da mulher na sociedade. Fundado em 1981, por pesquisadoras e jornalistas da Fundação Carolos Chagas, com sede em São Paulo, recebeu subsídios da fundação até 1984 quando uma divergência nos editoriais provoca a saída da Carlos Chagas. Em 1988, nova mudança financeira acontece e o jornal passou a se chamar Nexo, Feminismo, Informação e Cultura, com duas edições, encerrou suas publicações no mesmo ano.

Desenvolvendo a partir da experiência, uma visão de feminismo negro que não veio do recorte do movimento de mulheres não negras, mas sim das especificidades das mulheres *amefricanas*, Lélia Gonzalez em 1988, em um artigo escrito para o jornal brasileiro *Raça e Classe*, sustentou em alguns parágrafos uma crítica ao Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em dezembro do mesmo ano. No texto, chama atenção para a *importância da organização da mulher negra no processo de transformação social* referindo-se ao fato de que o encontro de 1988 se afastou de um debate político e apresentou um feminismo categoricamente sexista, com base em pautas ideológicas e falas das organizadoras que acabaram por promover a insegurança de algumas mulheres, conforme observou a antropóloga:

Um excelente exemplo dessa postura ideológica- que não deixa de explicitar uma posição política, marcada por uma visão estreita da nossa realidade- ocorreu numa das oficinas, aliás, foram muito interessantes. Ali, uma componente da Executiva declarou, com todas as letras, que a *revolução* só pode se dar através da radicalização da luta entre homens e mulheres. Vale notar que esse tipo de afirmação caracteriza toda uma tradição ideológica não só profundamente deformadora, bem como extremamente dicotômica: a do macho opressor *versus* a fêmea oprimida. A dialética não tem lugar nesse tipo de perspectiva. (GONZALEZ, 1988)

Lélia, em 1985 foi eleita uma das conselheiras do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), onde atuou diretamente nas questões voltadas ao trabalho, educação, sexualidade, mulher negra e violência. A cadeira no Conselho, retrata uma consequência efetiva da organização de mulheres negras e suas demandas por participação na esfera do poder público. Assim como Lélia, Sueli Carneiro através do movimento de mulheres e do movimento negro, engajou-se nos embates intelectuais e ativistas, para combater o racismo, o sexismo e a estrutura que pouco espaço concedia as mulheres e homens negros.

Sueli teve contato direto com as atuações de Lélia Gonzalez, descreve as consequências da primeira vez que assistiu sua atuação:

[...] Então, conhecer Lélia foi um momento de revelação para mim. Até então eu já estava caminhando dentro dos espaços de mulheres e de negros, já estava com certo grau de engajamento, mas ela organizou o que faltava, organizou um sentido de uma experiência única de ser mulher, e a decodificou a especificidade dessa identidade e como isso era um eixo político próprio, único, eu não podia ser dissolvido, fosse na questão racial conduzida pelos homens, naquele momento, fosse na questão de gênero, do ponto de vista da mulher, conduzida por mulheres brancas. Então é Lélia que cria pra mim essa identidade, essa terceira figura política, essa

terceira identidade que compartilha das outras duas, mas que tem um horizonte próprio de luta. Com Lélia, me defini politicamente para militar na questão da mulher negra. (BORGES, 2009, p55)

Falando também de Sueli, com Nilza Iraci e o Geledés

Assistimos em 1988 a uma ampla mobilização de mulheres negras em torno de suas questões específicas consubstanciadas nos diversos Encontros Estaduais de Mulheres Negras, realizados em estados como: Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santos, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal, sendo que onde não foi possível a realização de encontros estaduais ocorreram outras iniciativas sobre a questão da mulher negra na forma de debates, seminários, jornadas etc., como foi o caso do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Paraíba, Alagoas e Amazonas.

Portanto, na maioria dos estados brasileiros, desenvolveu-se algum tipo de reflexão sobre a mulher negra e todas estas atividades convergiram para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido de 02 a 04 de dezembro de 1988 em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação de 450 mulheres negras, representando 17 estados do país, contando ainda com a presença de várias militantes do Movimento de Mulheres e representantes de outros países como Estados Unidos, Equador e Canadá. (CARNEIRO, 1988)

Sueli quando escreve o artigo *A organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas*, relata também sua perspectiva sobre o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras focando na importância de uma mobilização política como resultado de várias outras atuações. Enquanto Lélia, apontou para o fato da ausência e um feminismo que fosse viável as mulheres negras, segundo uma perspectiva dela, que não fosse sexista e oposicionista.

Uma das fundadoras do Instituto da mulher negra, o Geledés, Aparecida Sueli Carneiro tem em sua trajetória e bagagem a marca da militância, das publicações, da Filosofia como formação assim como o enfrentar dos desafios de ser uma mulher negra.

A autora percorreu, nas décadas de 80 e 90, o debate do movimento negro e do movimento feminista, discutiu a importância de ambos como forma de busca por concretizações políticas tanto em suas publicações quanto através do Instituto Geledés.

Negro e o Movimento Feminista é o elemento determinante para que a problemática da mulher negra se constitua em plataforma específica de ação política. Embora todos os grupos de mulheres negras partilhem desta crítica, ela não é suficiente para engendrar a unidade em termos de estratégia de luta, desdobrando-se em diferentes perspectivas. Identificamos algumas posições políticas que de forma mais acentuada atravessam hoje o emergente Movimento de Mulheres Negras no Brasil. (CARNEIRO, 1988)

O Instituto publicou na década de 90, cinco Cadernos cuja produção, edição e idealização representou a concretização de um sonho, como relatado na primeira edição. Os mesmos compilam textos com autorias diversas, e um deles, o quarto, publicado originalmente em 1993, leva o título de *Mulher negra*, e é composto por três textos escritos por Sueli de 1984 a 1988 (conforme descrito no original) e um escrito inédito. O primeiro deles, *Identidade Feminina*, apresenta diretamente o questionamento do que é ser mulher na estrutura social, e para quais mulheres as problematizações iniciais do feminismo agem como pauta de visão emancipatória. Faz uma análise inicial sobre o ponto base de questionamento do papel da mulher na estrutura social, mas pontua de maneira direta o lugar das mulheres negras e sua trajetória histórica nessa mesma estrutura analisada.

Portanto, a identidade feminina, enquanto projeto em construção, depende hoje da aquisição deste conjunto de direitos capazes de garantir às mulheres o exercício de uma plena cidadania.

Porém, será que este conjunto de direitos será capaz de garantir plena cidadania a todas as mulheres brasileiras?

Será que através deles promoveremos a construção de uma cidadania unívoca às mulheres? Ou melhor, será que a identidade feminina, historicamente determinada, é a mesma para todas as mulheres?

Afinal, que cara tem as mulheres deste país?

Quando falamos do mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós mulheres negras fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito. Porque nunca foram tratadas como frágeis.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalham durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras prostitutas etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

(CARNEIRO, 1984)

Em uma primeira conversa com Nilza Iraci, que atua no Instituto desde sua fundação, ao lado de Sueli, ela relata que as publicações dos cadernos tiveram como objetivo o diálogo direto com mulheres negras, da sociedade civil de uma maneira geral. Os cadernos eram produzidos e financiados pelo Geledés e distribuídos gratuitamente. Cabe aqui tal observação, pois os conteúdos dialogam e debatem diretamente com questões postas pelos movimentos sociais, bem como as necessidades de ordem de inserção política, isso inclui o pensar desde o cuidado com a saúde da mulher negra,

passando pelas profundas reflexões sobre esterilização e mortalidade da população negra no país.

O quinto caderno, publicado originalmente em junho de 1995 tem como título *A Mulher Negra na Década: busca da autonomia*, e uma capa que através de uma ilustração, exhibe a importância da atuação de mulheres negras na IV Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada em setembro do mesmo ano, em Pequim, na China. A publicação do caderno cinco, ocorreu antes da atuação da delegação brasileira em Pequim, e teve como proposta ressaltar a trajetória realizada pelas várias mulheres negras organizadas no decorrer das três últimas décadas, e as repercussões dessas ações. No Artigo, cujo o título é *Nossa Participação Política*, há uma importante reflexão sobre a dificuldade das pesquisas e formulações acadêmicas em torno da complexidade das relações sociais que englobam a relação entre raça, gênero e classe social. Além disso, no mesmo texto foi ressaltada a trajetória de mobilização das mulheres negras ao longo da história, que “*desde o período da escravidão até os dias atuais, lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, sus familiares e sua comunidade.*” (GELEDÉS, CADERNO 5, P. 16)

A conferência na China representou importante passo para reorganização da agenda internacional relacionada as questões de gênero e raça. De acordo com Dulce Pereira⁹:

“O processo de participação das mulheres negras em Pequim foi liderado por Lélia Gonzalez. Pela participação nos Comitês da ONU e junto com Esmeralda Brown, da ONU, nós asseguramos, nesse coletivo, o debate profundo e sério sobre a questão da mulher negra no mundo. E vários outros grupos de mulheres de outros países que não tinham a possibilidade de fazer esse debate interno, fizeram o debate no processo de construção de Pequim e acabaram criando processos de políticas públicas em seus próprios países”. (ONU MULEHRES, 2014)

Nilza Iraci, durante uma entrevista que pude realizar, aponta para importância de que o que a movimentou, particularmente, foi a indignação diante do que estava posto, movendo seu olhar não para uma condição de vítima, mas sim para a possibilidade de atuar na articulação das mudanças e acesso a direitos para mulheres negras.

⁹ Professora universitária da Universidade Federal de Ouro Preto e ativista do movimento negro. Pereira integrou a delegação brasileira na Conferência de Pequim, em 1995.

Tendo em vista os aspectos até aqui apresentados e também acrescentando as relativas novidades temáticas das narrativas na História enquanto área de pesquisa, as contribuições de Lélia e continuidade da atuação de Sueli Carneiro, e todas as mulheres que passaram e ainda atuam no Instituto Geledés, foram e são fundamentais para o processo de movimentação de gerações de mulheres negras que se reinventaram e vem se reinventando diante da estrutura da sociedade.

Considerações Finais

A contribuição de Lélia e de outros militantes negros para nossa história recente ainda não foi devidamente avaliada e reconhecida. (Luiza Bairros)

O presente texto foi desenvolvido através dos caminhos iniciais traçados para minha dissertação de mestrado. A mesma, juntamente com as linhas escritas até aqui, tem como foco principal contribuir para historicizar militância e sobretudo prática, desempenhadas por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Nilza Iraci, no cenário brasileiro e internacional no período histórico aqui já delimitado.

Reconheço o grande desafio em lidar com as questões raciais e de gênero, pois mesmo pesquisando os anos 80 e 90, tratam-se de demandas que se apresentam na atualidade e aquecem constantemente os debates dos movimentos sociais e também acadêmicos. Porém, para além das dificuldades estão as estruturas sociais que acabam entrando como pautas importantes nos campos de atuação e pesquisa das ciências humanas.

Tendo em vista os aspectos até aqui apresentados e também acrescentando as relativas novidades temáticas das narrativas na História enquanto área de pesquisa, as contribuições de Lélia e continuidade da atuação de Sueli Carneiro, e todas as mulheres que passaram e ainda atuam no Instituto Geledés, foram e são fundamentais para o processo de movimentação de gerações de mulheres negras que se reinventaram e vem se reinventando dialogando diretamente com demandas de políticas públicas, afim de contribuir para efetivas mudanças no que diz respeito ao direito de mulheres. E nesse aspecto, contribuir de maneira que tais vozes componham também os espaços das

publicações acadêmicas atuais, é minimamente conceber que os papéis desempenhados por essas intelectuais reverberam no conhecimento e prática de outras mulheres negras e outros sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIROS, Luiza. *Nossos Feminismos Revisitados*. Revista de Estudos Feministas, Universidade Federal de Santa Catarina. 1995.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo, Volume I- Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, ed., 2016.
- BORGES, Roseana da Silva. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, ed., 2009.
- BURKE, Peter. *A escrita da História novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.
- CARNEIRO, Sueli. *Gênero, Raça e Ascensão Social*. Revista Estudos Feministas, Universidade Federal de Santa Catarina. 1995.
- COLLINS, Patrícia H. *Se perdeu na tradução? Feminismo Negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Revista Parágrafo, 2017. P 7.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Bointempo Editorial, ed., 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Bointempo Editorial, ed., 2016.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Conteúdos especiais: Mulherio*. História. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudosoespeciais/mulherio/historia.html>. Acesso em: 20 março 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. e. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p 223-244.
- _____. “Beleza negra, ou ora yê-yê-ô. *Mulherio*, São Paulo, ano 2, n.6, mar./abr. 1982c,p.4.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG ,2006.
- Hooks, bell. *Intelectuais Negras*. Revista Estudos Feministas, Universidade Federal de Santa Catarina. 1995.

MUNANGA, Kabengele. *Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos*. Revista USP, no 68, São Paulo, dez/fev/ 2005/2006. p. 46-57

ONU MULHERES BRASIL. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/o-processo-de-participacao-dasmulheres-negras-em-pequim-foi-liderado-por-elia-gonzalez-diz-a-feminista-negra-dulce-pereira/>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

PERROT, Michelle. *Minhas História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, ed., 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História, operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, ed., 2001.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora Unicamp, ed., 2014.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, ed., 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular, ed., 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patricarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular, ed., 2015

SARTI ANDERSEN, Cynthia. *O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória*. Revista Estudos Feministas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O Espetáculo das Raças Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, ed., 1993.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, ed., 2016.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.